

Democracia Escolar: onde você se coloca na Avaliação em Larga Escala?

Antonio Gonçalves Nunes Netoⁱ 

Universidade Tuiuti do Paraná - UTP, Curitiba, PR, Brasil

Poliana Zacarias Verdianoⁱⁱ 

Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR, Paranaguá, PR, Brasil

Resumo

O SAEB aponta a proficiência e o fluxo escolar como mecanismo que possibilita o índice do IDEB, sendo este criado no ano de 2007. Sob este cenário, concluímos o papel crucificador dos docentes diante as metas impostas pelo Plano Nacional de Educação (2014 – 2024), os quais são submetidos a excessivos treinamentos dos objetos de conhecimento reforçado pela BNCC (2017), listados nas provas de Língua Portuguesa e Matemática. Ao lançarmos a possibilidade do debate de um tema tão polêmico que são as avaliações educacionais no Brasil, em especial a Avaliação em Larga Escala, o presente estudo documental e bibliográfico versa no propósito de fomentar a reflexão ampla do conceito qualidade, ponto essencial a qual sustenta e justifica a criação da avaliação supracitada. Cabe ainda destacar que a Avaliação em Larga Escala rompe qualquer abertura para os espaços democráticos dentro do espaço escolar.

Palavras-chave

Medir. Proficiência. Fluxo Escolar.

School Democracy: where do you stand on Large-Scale assessment?

Abstract

The SAEB points to proficiency and school flow as the mechanism that enables the IDEB index, which was created in 2007. Under this scenario, we conclude the bad role of teachers before the goals imposed by the National Education Plan (2014 - 2024), which are subjected to excessive training of the objects of knowledge reinforced by the BNCC (2017), listed in the tests of Portuguese Language and Mathematics. When we launch the possibility of debating such a polemic theme as the educational evaluations in Brazil, especially the Large-Scale Assessment, the present documental and bibliographical study aims at fostering reflection on the broader meaning of the concept of quality, the backbone which sustains and justifies the creation of the aforementioned evaluation. It is also worth noting that the Large-Scale Assessment breaks any opening for democratic spaces within the school space.

Keywords

Measuring. Proficiency. School Flow.

1 Introdução

O presente artigo busca fomentar a realidade vivenciada pelas Instituições de Ensino no Brasil (campo e urbano), Municípios e Estados, os quais são ranqueados pelas Avaliações em Larga Escala. Posto isso, o Índice do Desenvolvimento da



Educação Básica (IDEB) é o elemento de discussão e debate deste estudo devido sua influência nos cotidianos escolares.

Ao analisarmos a Educação Pública Brasileira quanto a qualidade, recorremos ao ano de 2007, período em que se consolida à implantação do Índice do Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), tornando-se assim a principal ferramenta para mensurar a qualidade da Educação ofertada em todo o território brasileiro.

A partir dos anos 1990, com a introdução das políticas educacionais, iniciou no Brasil uma nova filosofia para identificar a qualidade da educação nas Instituições de Ensino em todo país, a qual permitiu o desenvolvimento e a aplicação das Avaliações em Larga Escala, as quais foram se reformulando até os dias atuais (NUNES NETO, A.G, REIS, E.S., p. 537, 2021).

Dessa forma, a Avaliação em Larga Escala¹ é disseminada pelo Brasil como praga daninha, enraizada como um modelo padronizado aplicada em todas as regiões, desconsiderando as especificidades das Instituições de Ensino, Municípios, Estados e Distrito Federal. Além disso, vale ressaltar a face excludente da supracitada avaliação.

A influência da Avaliação em Larga Escala no cotidiano dos espaços escolares, orienta-se com base nas metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação (PNE/2014-2024) e que diante de suas provas nos Componentes Curriculares de Língua Portuguesa e Matemática realizam um estrangulamento curricular, definindo assim, os índices de aprendizagem dos estudantes em todo o Brasil.

Nesse sentido, a qualidade de educação centralizada nos dados de uma aprendizagem mínima, resultante dos dados apontados nas provas padronizadas nacionalmente aplicadas aos estudantes do 5º ano do Ensino Fundamental I (anos iniciais), 9º ano do Ensino Fundamental II (anos finais) e 3º ano do Ensino Médio, indicando assim o rendimento escolar de todas as Instituições de Ensino no Brasil por meio do IDEB.

¹ Este estudo versa exclusivamente sobre o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), o qual implantou o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) como uma das Avaliações em Larga Escala no Brasil. Assim, o foco desta pesquisa é debater a influência dos dados do IDEB na Educação Brasileira.

Para estabelecer os índices, o SAEB apresenta dois conceitos essenciais para a consolidação dos dados do IDEB das Instituições de Ensino, Municípios, Estados e Distrito Federal. O rendimento nas provas de Língua Portuguesa e Matemática gera a proficiência, e a aprovação, retenção e evasão dos estudantes define o fluxo escolar, mediante dados do Censo Escolar.

Sob este viés, a Avaliação em Larga Escala sob à luz do IDEB, aponta a matriz por meio da tabela de níveis de aprendizagem organizado pelo SAEB e que se utiliza como parâmetro para classificar e ranquear as Instituições de Ensino. Assim, a proficiência dos estudantes se resume a pontuação que se altera a cada 25 pontos, indicando avanço, retrocesso ou estabilidade no quesito aprendizagem mínima (Quadro 2).

Para a fundamentação teórica deste estudo buscamos trazer as contribuições de autores que se debruçam em discutir o tema em investigação: Bernadete Angelina Gatti, Luiz Carlos de Freitas, Miguel Gonzáles Arroyo e outras produções do conhecimento que vieram enriquecer o debate.

2 Metodologia

A pesquisa surgiu da inquietação dos autores, os quais são professores dos anos iniciais e sentem a necessidade de ampliar o debate sobre a Avaliação em Larga Escala, em especial aos dados do IDEB, o qual tem se tornado um assunto muito caro aos professores, gestores e equipes de ensino.

Neste contexto, a Avaliação em Larga Escala por meio de suas ações antidemocráticas retira a autonomia das Instituições de Ensino, Gestores e ignoram os seus Projetos Políticos Pedagógicos (PPP), em razão de atingir a meta do Plano Nacional de Educação (PNE) e de seguir a cartilha da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Diante aos conceitos Proficiência e Fluxo Escolar responsável pela geração do IDEB, o qual define a qualidade da educação ofertada pelas mais diversas Instituições de Ensino, o modelo de avaliação impõe para todas as Redes de Ensino no Brasil um cálculo simples com foco em manter ou aumentar suas metas, ou seja, basta “dar maior atenção” ao fluxo escolar. Assim, o sinônimo de qualidade

educacional fica centralizado apenas no aumento dos dados de aprovação (fluxo escolar).

Reduz-se o conceito de qualidade educacional a esse rendimento, além de conduzir a uma distorção curricular nas escolas, onde a ênfase acaba por se concentrar nas duas áreas avaliadas, entre outros efeitos, como a concentração do trabalho escolar no treino dos alunos para responder às questões dos testes (GATTI, 2014, p.21).

Mesmo por meio de uma tabela de pontuação definida pelo SAEB, trazemos para o centro das discussões que a supracitada tabela se apresenta como uma base que aponta para o estrangulamento dos conteúdos, determina os resultados de uma aprendizagem mínima, aponta como padrão de qualidade educacional e reflete a essência da Avaliação em Larga Escala no cotidiano das escolas. Em síntese, o que parece essencial na defesa da escola pública de qualidade é que esta se refira à educação por inteiro, não apenas a aspectos parciais passíveis de aferição mediante provas, exames convencionais (PARO, 2007, p. 31).

Com as informações explanadas até o presente momento do estudo, esta pesquisa tem como objetivo indicar pontos para análise e discussões dentro das Secretarias de Educação Estaduais e Municipais, Instituições de Ensino, Conselhos Escolares e Conselhos de Educação, fomentando o espaço para a reflexão sobre as ações impostas em prol da superação dos índices indicados nas metas do PNE.

Primeiro ponto refere-se à necessidade de empreender uma profunda reflexão sobre o conceito de qualidade da educação escolar. Os múltiplos pontos de vista, nem sempre explícitos, e a imprecisão e mesmo superficialidade de diversas produções sobre o tema tem corrido para a falta de rigor nos discursos e nos próprios propósitos sobre o real papel da escola - que em nada contribui para uma visão realista do que se pretende e se deve defender como uma educação de acordo com os interesses do cidadão e da sociedade, servindo apenas àqueles interessados em protelar soluções ou impor o ponto de vista dos donos do poder político e econômico (PARO, 2007, p. 20).

Nesse cenário, a pesquisa buscou contribuir com a Educação Brasileira, indicando pontos essenciais para debate e reflexão. Assim, definimos os tipos de pesquisas utilizados nesta investigação: quanto à abordagem (qualitativa), à natureza (básica), aos objetivos (exploratória) e aos procedimentos realizados (documental e bibliográfica) (GIL, 2007, p. 41).

A pesquisa sustentou-se por meio das análises dos dados apresentados no *site* oficial do Governo Federal INEP (Instituto Nacional de Estudo e Pesquisa

Educacionais Anísio Teixeira) e por meio de leituras de artigos, dissertação e obras que possibilitaram a fundamentação teórica de um tema tão polêmico dentro dos espaços educacionais, Avaliação em Larga Escala SAEB/IDEB.

3 Resultados e Discussão

A presente investigação oportuniza ao leitor um espaço de discussão e análise, referente às Políticas Educacionais voltadas à Avaliação em Larga Escala, como foco do reflexo dos dados do IDEB no cotidiano das Instituições de Ensino. Posto isso, apontamos o lado excludente dos documentos oficiais brasileiros, os quais fortalecem o espaço antidemocrático dentro das Instituições de Ensino. As avaliações e os que avaliam e privilegiam passarão a ser o currículo oficial impostos às escolas (ARROYO, 2013, p. 35).

Na sequência do estudo, apontamos no quadro 1 os documentos oficiais brasileiros que sinalizam para o papel fundamental da Avaliação em Larga Escala como elemento intrínseco à qualidade educacional em nosso país. Desde a Constituição Federal de 1988 a consolidação da implantação da Base Nacional Comum Curricular 2017, o termo qualidade educacional era sinônimo do aumento da aprendizagem dos estudantes em todo o Brasil, sendo mensurado pela Avaliação em Larga Escala, especialmente pelos dados do IDEB.

Quadro 1. Avaliação em Larga Escala: reflexo das Políticas Educacionais no Brasil.

Documentos	Fontes
Constituição Federal	(BRASIL, 1988)
Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB	(BRASIL, 1996)
Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica - DCNEB	(BRASIL, 2013)
Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024	(BRASIL, 2014)
Base Nacional Comum Curricular – BNCC	(BRASIL, 2017)

Fonte: (BRASIL, 1988); (BRASIL, 1996); (BRASIL, 2013); (BRASIL, 2014); (BRASIL, 2017).



Sob o cenário dos supracitados documentos, a Avaliação em Larga Escala tem um grande lugar de destaque, pois seus índices são classificados como sinônimo de qualidade educacional no Brasil, ou seja, se os resultados atingirem a meta, isto significa que a situação educacional brasileira está avançando. A partir dessa realidade surge o ranqueamento educacional, ação fomentada pelos diversos tipos de mídias.

O objetivo principal da Avaliação em Larga Escala é promover um acompanhamento da efetivação das políticas para a Educação Básica através de provas realizadas com os estudantes, tendo em vista a produção de conhecimento e a sistematização de ações educacionais que resultem em mudanças qualitativas (WELTER; WERLE, 2021, p. 443).

Nesse sentido, a qualidade educacional apontada nessa avaliação garante uma aprendizagem mínima, pois apenas caracteriza um panorama cujo resultado não expressa a sua totalidade. “É necessário e urgente um movimento de reação ao caráter controlador, padronizador que as políticas de avaliação impõem sobre os professores e estudantes ou sobre o que ensinar – aprender” (ARROYO, 2013, p. 39).

Diante a esta afirmação, a Avaliação em Larga Escala alicerçada nos documentos oficiais brasileiros se resume na medição do rendimento escolar dos estudantes nos Componentes Curriculares de Língua Portuguesa e Matemática. “Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica como fonte de informação para a qualidade da educação básica e para a orientação das políticas públicas desse nível de ensino” (BRASIL, 2014, p. 2).

Agora nos obrigam a debater-nos contra a asfixia controladora que vem da mídia, de gestores e das avaliações, dos currículos por competências, do controle repressor dos professores e de suas organizações profissionais, da imposição do currículo único, do material didático único, do padrão mínimo, único de qualidade (ARROYO, 2013, p. 43).

O quadro 2 sinaliza a régua métrica que indica o nível de aprendizagem dos estudantes, ou seja, aponta a proficiência somente nos dois componentes curriculares já supracitados neste estudo. Cabe ainda destacar, que para os estudantes possam melhorar em seus rendimentos faz-se necessário superar os 25

pontos na escala do SAEB e que estão presente nos cálculos do IDEB, ou seja, a construção dos dados do IDEB são frutos do fluxo escolar e da proficiência na supracitada avaliação.

Quadro 2. Escala de proficiência do SAEB.

Níveis da escala – Língua Portuguesa		Níveis da escala – Matemática	
Níveis	Pontos	Níveis	Pontos
Nível 0	0 a 125	Nível 0	0 a 125
Nível 1	125 a 150	Nível 1	125 a 150
Nível 2	150 a 175	Nível 2	150 a 175
Nível 3	175 a 200	Nível 3	175 a 200
Nível 4	200 a 225	Nível 4	200 a 225
Nível 5	225 a 250	Nível 5	225 a 250
Nível 6	250 a 275	Nível 6	250 a 275
Nível 7	275 a 300	Nível 7	275 a 300
Nível 8	300 a 325	Nível 8	300 a 325
Nível 9	Maior que 325	Nível 9	325 a 350
-----	-----	Nível 10	Maior que 350

Fonte: Elaborado pelo autor com dados do INEP (2022).

A metodologia utilizada na Avaliação em Larga Escala centralizada nos conceitos proficiência e fluxo escolar, possibilita às Secretarias Municipais e Estaduais de Educação, constituírem um padrão quantitativo sob as metas indicadas no PNE. Logo, o mais importante são os índices do IDEB publicizados pelas médias, ignorando o conceito de proficiência mesmo diante a sua extrema fragilidade.

O PNE 2014-2024 (BRASIL, 2014) a meta 7: “fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o IDEB” (BRASIL, 2014, p. 7).

À vista disso, as Instituições de Ensino nos anos letivos ímpares, período em que são aplicadas as Provas do SAEB/IDEB, vivem grande momentos de pressão, as quais se utilizam de treinamentos por meio de vários simulados, fomentando



assim, um currículo mínimo de aprendizado, tendo como objetivo adestrar os estudantes para que tenham êxito no índice.

A Avaliação em Larga Escala, do tipo SAEB, é um instrumento de acompanhamento global de rede de ensino com o objetivo de traçar séries históricas do desempenho dos sistemas, que permitam verificar tendências ao longo do tempo, com a finalidade de orientar políticas públicas (FREITAS et. al., 2014, p. 47).

O modelo de avaliação vigente aponta um resultado pedagógico insuficiente e superficial sobre a realidade das Instituições de Ensino, pois apenas mensura uma pequena parte da aprendizagem dos estudantes, reforçando a ideia quantitativa de qualidade como algo a ser possível de medir, e determina a Avaliação em Larga Escala como sinônimo de medida. Isto se dá principalmente pelo treino para o teste e pela manipulação do fluxo escolar, pela aprovação sem que ocorra a aprendizagem (SAWICKI, 2019, p.15).

A Avaliação em Larga Escala consolidada predominantemente pelo SAEB/IDEB resulta na mensuração de rendimento dos estudantes e ao fluxo escolar, declara a sua total insuficiência no quesito a qual se sustenta, a qualidade, pois sua perspectiva não possibilita o espaço para a reflexão das realidades curriculares e dos trabalhos desenvolvidos pelos docentes, mas imposto no PNE e consolidado pela BNCC.

3.1 Docentes: prática real da Avaliação em Larga Escala do SAEB/IDEB

Com a influência das Políticas Educacionais e dos documentos oficiais brasileiros, a cada ano está mais difícil a condição de ser docente, de gerir os espaços educacionais, pois nos anos letivos ímpares as Secretarias de Educação “pressionam” docentes, equipes de ensino e gestores para que “adestrem” seus estudantes para que tenham êxito e consigam atingir a meta do IDEB, seguindo a cartilha do PNE e a BNCC.

Nesse bojo, preocupam-se totalmente com os estudantes reprovados diante aos índices da Avaliação em Larga Escala, mas o debate precisa avançar: Como estão pedagogicamente os estudantes aprovados nessa avaliação da aprendizagem mínima, a qual mede a “qualidade” apenas nos Componentes Curriculares de

Língua Portuguesa e Matemática? Cabe ainda destacar, o seu papel incentivador da meritocracia e de difundir os *rankings* entre as Instituições de Ensino.

Diante disso, resumir a qualidade educacional brasileira em apenas um índice - IDEB, que abrange somente duas variáveis, desempenho dos alunos em provas estandardizadas e o fluxo escolar, mecanismos com maior facilidade de medição/verificação, torna os resultados frágeis. Apesar dessas variáveis serem inerentes a um processo de ensino de qualidade, esta qualidade não pode se resumir apenas a estes dois fatores (SAWICKI, 2019, p.16).

No estudo de Nunes Neto e Reis (2017/2019) nas Escolas da Rede Municipal de Ensino de Paranaguá - PR: Aprovação e Proficiência (2021), apontou que mesmo diante da frágil tabela indicada pelo SAEB, que aponta os níveis de proficiência, os dados do fluxo escolar apresentam um salto gigantesco em comparação aos dados da proficiência, ou seja, basta aumentar a aprovação que a produção do índice das Instituições de Ensino, mesmo apresentando retrocesso em sua aprendizagem mínima (proficiência), seu IDEB avança. [...] Hoje grupos técnicos desconhecidos, impõem a todas as escolas e a seus profissionais o que decidem como prioritário ou descartável na garantia do direito ao conhecimento (ARROYO, 2013, p. 39).

Ao cenário exposto, recorremos a Paulo Freire o qual nos coloca que a “investigação do pensar do povo não pode ser feita sem o povo, mas com ele, como sujeito de seu pensar” (1987, p. 119). Nesse sentido, a Avaliação em Larga Escala caminha para um horizonte puramente contraditório, pois sua metodologia não permite um processo para o diálogo, não retrata as decisões das Instituições de Ensino, apresenta um modelo pronto e fomenta as decisões que cada Instituição deve seguir.

[...] Submetem a que seu trabalho profissional seja avaliado em função apenas desses resultados, que sua carreira, até seus salários sejam condicionados a resultados matemáticos, estatísticos. Uma forma perversa de dizer-lhes: tire o foco dos alunos, de suas experiências tão precarizadas de viver, esqueça de educá-los. Seja apenas um eficiente transmissor de competências para eficientes resultados nas avaliações (ARROYO, 2013, p. 31).

Corroborando com Arroyo (2013), destacamos a força da implantação da Base Nacional Comum Curricular/BNCC (2017), como mecanismo que concretizou o total domínio sobre as Instituições de Ensino e reduziu a autonomia dos docentes em seu trabalho. Sinalizamos então que a BNCC, afunilou a prática docente, estrangulou o currículo escolar, incentivou as práticas mecanicistas e consolidou o

ensino bancário, ou seja, a transmissão das informações visando os índices do IDEB.

Devemos destacar que atualmente a divulgação dos resultados das avaliações externas, principalmente do IDEB, tem gerado uma cultura classificatória, principalmente pela mídia, produzindo *rankings* de escolas e redes, gerando competição entre escolas e culpabilizando os professores pelo fracasso dos estudantes (SAWICKI, 2019, p.73).

Diante da afirmação, outra vertente imposta aos docentes é a utilização por muitos municípios dos Sistemas Apostilados de Ensino, que pouco ou nada contribui para o avanço no processo de ensino e aprendizagem dos estudantes, pois não conseguem retratar em seus manuais as especificidades de cada território em nosso país continental. Esses Sistemas de Ensino apenas favorecem o processo mecânico do ensino.

É sintomático que todo esse acúmulo de normas, diretrizes, reorientações prontas de material e apostilas bem diretivas chegam às escolas para ajudar os docentes sempre vistos como incapazes de criar, perdidos à procura de auxiliares (ARROYO, 2013, p. 42).

Nesse contexto, o processo da Avaliação em Larga Escala representa a redução do processo democrático dentro das Instituições de Ensino espalhadas em todo o Brasil e reforça um padrão excludente, a qual não observa as especificidades dos diversos sujeitos: povos das águas, ribeirinhos, povos indígenas, povos do campo etc. Sob esse cenário vislumbramos o papel de grande destaque das Instituições de Ensino do Campo.

A partir do ano de 1998, a Educação do Campo começou a fazer parte da história da educação brasileira, assim ocorrido por meio das experiências coletivas dos Movimentos Sociais, tendo como foco a transformação social comprometida em lutar pelas especificidades dos sujeitos que a compõem: ribeirinhos, quilombolas, povos das águas, povos indígenas etc (NUNES NETO, A. G.; ARCEGA, F. S.; FONSECA, M. M. dos S., 2022, p. 80).

Concordante com os autores supracitados, ainda sinalizamos a face excludente da Avaliação em Larga Escala, que diante a Portaria 250 de 05 de julho de 2021, permitia realizar as avaliações as Instituições do Campo com no mínimo 10 alunos, reforçando desta forma um processo excludente. Art. 5º Considera-se como população alvo do SAEB 2021: I - todas as escolas públicas localizadas em zonas urbanas e rurais que possuam 10 (dez) ou mais estudantes matriculados no 5º ano e

no 9º ano do Ensino Fundamental e na 3ª e 4ª séries do Ensino Médio (tradicional e integrado).

A prática real da Avaliação em Larga Escala SAEB/IDEB nos Municípios, Instituições de Ensino, Estado e Distrito Federal, delimita aos docentes nos anos letivos ímpares a partir de 2005, um treinamento excessivo, por meio de diversos simulados e abertura de salas de apoio escolar aos estudantes, no período de contraturno. Essa prática tem como foco aumentar o sucesso do rendimento pedagógico na prova SAEB/IDEB. Nunca como agora nessa década caíram sobre os mestres e alunos tantos “auxílios” e tantos controles e tantas avaliações, punições e ameaças (ARROYO, 2013, p. 42).

4 Considerações finais

Faz-se necessário possibilitar o espaço de debates dentro das Instituições de Ensino, Secretarias de Educação Estaduais e Municipais e Conselhos de Educação sobre a Avaliação em Larga Escala especialmente ao modelo do SAEB/IDEB, que desde seu nascimento em 2005, pouco ou nada contribuiu com a realidade educacional brasileira, ou seja, apenas consolidou o espaço antidemocrático dentro dos espaços aqui indicados.

Diante ao seu poder de Política Educacional do Estado, a Avaliação em Larga Escala, se caracteriza como um agente prescritor, indicando metas que cada Instituição de Ensino precisa conseguir, para que possa ser classificada como boa ou ruim. Assim, indica como solução treinar os estudantes em prol de atingir a meta estabelecida pelo PNE (2014-2024).

Sinalizamos nesse estudo a face excludente e a influência que a Avaliação em Larga Escala impõe não só as Instituições de Ensino, mas aos docentes, culpabilizando-os pelo fracasso educacional, quando as Instituições não conseguem atingir o índice, já prescrito nos documentos oficiais.

Concluimos então, que a qualidade educacional no Brasil precisa ganhar um espaço com mais destaques pelos agentes que conduzem a educação. Assim não basta usar apenas a régua métrica da proficiência e do fluxo escolar, mas necessita urgentemente fomentar ações de acompanhamento de suas Instituições de Ensino,

vivenciem suas realidades para que juntos possam criar condições que expressem a verdadeira qualidade no ensino no país.

Referências

ARROYO, Miguel Gonzáles Arroyo. Currículo, **Território em disputa**. 5 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

BRASIL. **Câmara dos Deputados**. Plano Nacional de Educação: 2014-2024: Lei nº. 13.005 Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências: atualizada em 1/12/2014. Brasília, DF, 2014. (Legislação, n. 125). Disponível em: <http://www.proec.ufpr.br/download/extensao/2016/creditacao/PNE%202014-2024.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2022

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 10 set. 2022.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 10 set. 2022.

BRASIL. **Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação**. Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017. Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica. Brasília, DF, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/RESOLUCAOCNE_CP222DEDEZEMBRODE2017.pdf. Acesso em: 30 ago. 2022.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Secretária de Educação Básica. Diretrizes curriculares nacionais gerais da Educação básica. Brasília, DF, 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file>. Acesso em: 30 ago. 2022.

BRASIL. **Portaria n.º 250, de 05 de junho de 2021**. Estabelece as diretrizes de realização do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) no ano de 2021. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Ed. 125. Seção 1. p. 39. 06 jul. 2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-250-de-5-de-julho-de-2021-330276260>. Acesso em: 11 set. 2022.



FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 22. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREITAS, Luiz Carlos de; SORDI, Mara Regina Lemes de; MALAVASI, Maria Marcia Sigrist; FREITAS, Helena Costa Lopes de. **Avaliação educacional: caminhando pela contramão**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

GATTI, Bernadete Angelina. Avaliação: contexto, história e perspectivas. **Olh@ res: Revista Do Departamento De Educação Da Unifesp**, v.2, n.1, p.8-26. 2014. DOI: <https://doi.org/10.34024/olhares.2014.v2.202>

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

INEP. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira**. Educação Básica. IDEB. 2020. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/ideb>. Acesso em: 28 ago. 2022.

NUNES NETO, Antonio Gonçalves.; ARCEGA, Fabíola Soares.; FONSECA, Maria Mikaella dos Santos. A Educação do Campo interrogando a Educação Rural e o sistema apostilado de ensino. **Revista de Educação Popular**, Uberlândia/MG, v. 21, n. 2, p. 78–96, maio-ago. 2022. DOI: <https://doi.org/10.14393/REP-2022-64122>

NUNES NETO, Antonio Gonçalves, REIS, Elisete Silva dos. O IDEB 2017/2019 nas Escolas da Rede Municipal de Ensino de Paranaguá - PR: Aprovação e Proficiência. **Ensino, Educação e Ciências Humanas**, Londrina/PR, v.22, n.4, p. 537-546, dez. 2021. DOI: <https://doi.org/10.17921/2447-8733.2021v22n4p537-546>

PARO, Vitor Henrique. **Gestão Escolar, democracia e qualidade do ensino**. São Paulo: Ática, 2007.

SAWICKI, Simone Salete. **Avaliação em Larga Escala: percepções, impactos e variáveis em duas escolas estaduais da 15ª CRE – RS**. 2019. 148 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, Campus Erechim/RS, 2019. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/bitstream/prefix/3836/1/SAWICKI.pdf>. Acesso em: 10 set. 2022.

WELTER, Cristiane Backes. WERLE, Flávia Obino Corrêa. Processos de invisibilização na avaliação em larga escala. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação [online]**. Rio de Janeiro, v.29, n.111, p. 441-460, abr./jun. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362020002802542>.



i **Antonio Gonçalves Nunes Neto**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5539-9133>

Doutorando em Educação na Universidade Tuiuti do Paraná, Brasil; bolsista CAPES PROSUP; Brasil; membro do Núcleo de Pesquisa em Educação do Campo, Movimentos Sociais e Práticas Pedagógicas (NUPECAMP/UTP).

Contribuição de autoria: sistematização de dados e escrita científica do texto.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7569295471198685>

E-mail: antoniosemedi@gmail.com

ii **Poliana Zacarias Verdiano**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1641-561X>

Mestranda em Educação na Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR - Programa de Pós-Graduação Educação Inclusiva – PROFEI; Professora dos Anos Iniciais na Rede Pública Municipal de Educação em Paranaguá, Pr.

Contribuição de autoria: adequações e revisões textuais.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0332806579498219>

E-mail: poliluana9@gmail.com

Como citar este artigo (ABNT):

NUNES NETO, A. G.; VERDIANO, P. Z. Democracia Escolar: onde você se coloca na Avaliação em Larga Escala?. **Revista de Instrumentos, Modelos e Políticas em Avaliação Educacional**, v. 3, n. 3, p. e022016, 2022. DOI:

<https://doi.org/10.51281/impa.e022016>

Recebido em 15 de outubro de 2022

Aprovado em 12 de fevereiro de 2023

Publicado em 10 de abril de 2023